

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 13/06/2017	Proposição MP 785/2017			
Autora POLLYANA GAMA (PPS/SP)				nº do prontuário 587
1.() Supressiva	2.() substitutiva	3.(X) modificativa	4.() aditiva	5.() Substitutivo global

CD/17144.23336-30

No art. 1º da Medida Provisória, dê-se a seguinte redação
ao art. 6º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001:

“Art. 6º Na hipótese de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado pelo Fies, o agente financeiro promoverá a cobrança administrativa das parcelas vencidas, com o rigor praticado na cobrança dos créditos próprios, e adotará as medidas cabíveis com vistas à recuperação das parcelas em atraso, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, incluídos os encargos contratuais incidentes.

.....

§ 4º O agente financeiro não promoverá a cobrança das parcelas de encargos educacionais não financiados com recursos do Fies.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração importante, embora meramente formal, inserindo uma linha pontilhada entre o “caput” e o § 4º do art. 6º, a fim de evidenciar que os §§ 1º a 3º da Lei vigente não estão sendo revogados.

Diante dos argumentos solicitamos o apoio de nossos pares que tal parágrafo seja modificado do texto da Medida Provisória.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 2017

Deputada Pollyana Gama
PPS/SP